Depois da Abolição, os negros libertos, quase 800 mil, foram jogados na miséria. O Brasil Imperial e o logo a seguir Jovem Brasil Republicano negaram-lhes a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social ou de hospitais.

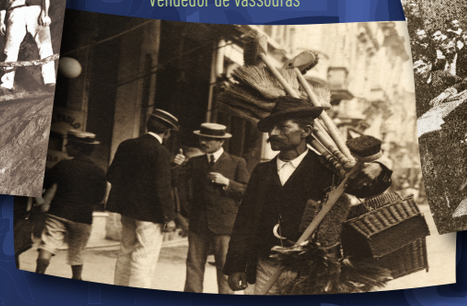


Muitos escravos libertos continuaram vivendo nas fazendas, trabalhando para seus antigos patrões e recebendo salários que eram gastos com a sua subsistência, pois tudo passou a ser cobrado deles.

Grande parte dos negros libertos dirigiram-se às grandes cidades, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, onde foram erguidos os bairros africanos, origem das favelas atuais.



Trabalho no interior de uma mina de ouro



Vendedor de vassouras



Primeiro congresso operário brasileiro



Setor de dínamos da fábrica de linhas Vila da Pedra, PE

libertação dos escravos

A **interrupção do tráfico negreiro** para o Brasil, em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), reduziu substancialmente a oferta de mão de obra no país, tendo como consequência, por um lado, o aumento do tráfico interprovincial de escravos por meio da compra de escravos da região açucareira do nordeste por parte de fazendeiros das províncias do Centro-Sul, de escravos da região açucareira do nordeste. Por outro lado, a intensa imigração funcionou como uma maneira de suprir a **falta de braços para o trabalho em geral**, em especial na lavoura cafeeira.

Em meados do século XIX, a Inglaterra exercia a supremacia no mundo e colocava-se contra o tráfico negreiro, não por princípios humanitários, mas por interesses econômicos, visto que **o tráfico negreiro e o trabalho escravo rivalizavam com os produtos industriais ingleses no comércio internacional**, na medida em que recursos financeiros que poderiam ser utilizados na compra de produtos ingleses eram aplicados na compra de escravos na África. O trabalho escravo não remunera o trabalhador, portanto, este não consome. Então, por isso toda a pressão diplomática, comercial e militar inglesa para acabar com o tráfico de escravos e com o trabalho forçado e instituir o **trabalho "livre" e assalariado** no Brasil.

Contudo, além da influência inglesa para acabar com escravidão, o Brasil também contou com a resistência dos escravos e com o **Movimento Abolicionista** (movimento integrado por diferentes camadas da **sociedade brasileira que denunciavam a escravidão** e reivindicavam o fim deste modelo de organização do trabalho), para em 1888, através da Lei Áurea, estabelecer oficialmente o fim do trabalho escravo no país.

Nesse contexto, o Brasil protagonizou um processo de transformação na **organização laboral** que teve, principalmente, nos imigrantes europeus (italianos, portugueses, espanhóis, alemães e outros) uma alternativa de mão de obra para continuar a desenvolver a economia no campo e na cidade. Segundo o IBGE, entre 1870 e 1920, período da **"grande imigração"**, 3,3 milhões de imigrantes ingressaram no Brasil. A maioria dos imigrantes estabeleceu-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e na Região Sul.

O imigrante europeu era visto como alguém que poderia contribuir para modernização do país, introduzindo novas técnicas agrícolas, capazes de aumentar a produtividade das lavouras; além de tornar a sociedade brasileira mais "branca" e "civilizada", pois **setores da intelectualidade brasileira da época acreditavam na superioridade moral dos europeus** em relação ao contingente negro, indígena e mestiço da população brasileira. Com o desenvolvimento da indústria e a urbanização, muitos imigrantes deixaram o campo para trabalharem nas cidades como operários de fábricas, da construção civil, comerciantes, sapateiros, alfaiates, tipógrafos, carpinteiros, maquinistas, chapeleiros, trapicheiros, barbeiros, motorneiro de bonde, padeiros, pedreiros etc.